

Nota prévia

As sociedades modernas confrontam-se hoje com novos problemas de educação que obrigam à análise crítica e prospectiva das suas políticas educativas.

Estas políticas têm que acompanhar a evolução das sociedades contemporâneas, nomeadamente, o extraordinário desenvolvimento do mundo da informação e da comunicação e da ciência e tecnologia que se verificou nas últimas décadas, a par das mudanças da organização social e produtiva, da emergência da chamada nova economia e da globalização.

As questões relacionadas com novas organizações do conhecimento, com diferentes estratégias de ensino e aprendizagem, com perspectivas de educação ao longo da vida ou com a construção de uma sociedade do conhecimento e da aprendizagem colocam os sistemas educativos perante a necessidade de definirem as competências e os saberes básicos a desenvolver por todos os cidadãos. E as opções que se fazem neste domínio terão implicações nos conteúdos de ensino, nos modelos pedagógicos e didáticos, na organização do sistema escolar e nos diferentes processos de desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens que frequentam o ensino obrigatório.

É hoje um lugar-comum dizer-se que a mudança caracteriza o nosso tempo. A informação, por exemplo, quase zigzagueia – ora surge como decisiva, ora perde importância, interesse e valor –, mas não pára de crescer, disponível e acessível em quantidades quase industriais. Mas a informação não garante conhecimento e importa saber como gerir, utilizar e apreciar criticamente a que está ao alcance da mão, para que se reconheça e seleccione a informação pertinente e credível.

Já em relação ao conhecimento parece diferente a profundidade da mudança e a variação de valor. É certo que a ciência inova e o saber se renova, mas muitos dos “adquiridos científicos” permanecem e constituem-se como pilares da construção de novo conhecimento e do desenvolvimento de competências.

Existirão, portanto, conhecimentos básicos, nucleares e decisivos para que todos os cidadãos possam aprender mais e aprender melhor ao longo da vida.

Mas existirão igualmente competências essenciais relativas a pensamento e raciocínio, à investigação e pesquisa, à acção e prática que importa desenvolver, para que todos os cidadãos possam aprender a fazer, a ser capaz de levar à prática, a resolver problemas e a ultrapassar obstáculos.

Existem, pois, saberes básicos que são indispensáveis para que todos os cidadãos se desenvolvam harmoniosamente, na sua plenitude, enquanto seres humanos – pessoal, social e também profissionalmente realizados.

Algumas destas questões estavam no centro dos debates sobre as propostas de Revisão Curricular do Ensino Básico, de Reestruturação do Ensino Secundário e de Reorganização do Ensino Superior, no ano de 2000/2001, ocasião em que o Conselho Nacional de Educação propôs, através da sua Presidente de então – a Professora Doutora Teresa Ambrósio – a realização do estudo *Saberes Básicos de Todos os Cidadãos no Século XXI: contributo para a reestruturação dos conteúdos e estratégias dos Ensinos Básico e Secundário*.

O relatório final deste estudo, integralmente financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e realizado por uma equipa liderada pelo Professor Doutor António Cachapuz da Universidade de Aveiro, foi apresentado no Conselho Nacional de Educação, em 2002. Na ocasião, o Presidente eleito do Conselho – Professor Doutor Manuel Porto – entendeu que se deveria dar sequência ao trabalho desenvolvido com a realização de um Colóquio/Debate sobre o estudo de sistematização e análise crítica efectuado e sobre as tendências actuais das reformas curriculares e a sua justificação à luz de novos quadros paradigmáticos.

A oportunidade do Colóquio, realizado em Março do corrente ano, parece inteiramente justificada pela actualidade do debate sobre o desenvolvimento de competências, sobre o relevo curricular a dar ao

conhecimento, às capacidades e atitudes, sobre aquilo a que este projecto designou por “Saberes”.

A publicação que ora se concretiza conjuga precisamente o relatório final do Estudo com as actas do Colóquio/Debate organizado pelo Conselho Nacional de Educação.

Cumpre ainda e por fim dar relevo e pública nota de reconhecimento à Fundação Calouste Gulbenkian pelo apoio disponibilizado; aos autores e participantes no Colóquio que contribuíram com as suas intervenções e comentários e que em muito enriqueceram a reflexão e os debates sobre esta temática; e aos membros da assessoria técnica e administrativa do Conselho que tornaram possível a edição desta obra.

Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação,

Manuel I. Miguéns

RELATÓRIO DO ESTUDO

